



1

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

Lei nº 20/2006

Buriti do Tocantins, 20 de abril de 2006.

CERTIDÃO
CERTIFICO, para todos os fins necessários,
que a Lei nº 20/2006 foi publicada na
íntegra, no placar da prefeitura local
destinado à divulgação e publicidade dos
atos oficiais do município de Buriti do
Tocantins, aprovou e eu, Prefeito Municipal,
sanciono e promulgo a seguinte lei:
8.666/93 Em 20/04/2006

"Dispõe sobre Reestruturação do Estatuto e o Novo Plano de carreira e Remuneração do Magistério Público de Buriti do Tocantins, e dá outras Providências".

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

1. TÍTULO I

ESTATUTO, PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei institui nos termos do Art. 206 Inciso V da Constituição Federal, o plano de Carreira do Magistério, Coordenação, Secretariado, Direção, Pesquisa, planejamento, Supervisão e Inspeção, todas voltadas para o ensino, nas áreas da Unidade Escolar, no âmbito da Educação.

Art. 2º - São Princípios básicos do Magistério Público Municipal, da Carreira e remuneração do Profissional da Educação:

- I – Adoção de Sistema permanente de Capacitação profissional;
- II – Piso salarial profissional condizente;
- III – Reconhecimento do merecimento funcional através de critérios que proporcionem igualdade de oportunidades e valorização dos recursos humanos;
- IV – Democracia da Escola em todos os níveis quanto ao acesso e permanência;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

V – Existência de condição de trabalho, pessoal de apoio qualificativo, instalações e materiais didáticos;

VI – Organização e Categoria.

Art. 3º - É vedado atribuir ao profissional do magistério, ressalvando-se a participação em comissões ou grupos de trabalhos destinados à elaboração de programas ou projetos de ensino.

CAPÍTULO II

DA CARREIRA CONCEITOS BÁSICOS

Art. 4º - Com base em fundamentação legal e inspirada no texto da **resolução nº 03/97 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE**, dos dispositivos da lei nº 9.424/96, na LDB Inciso IV artigo 67, fica assegurado o **INGRESSO NO QUADRO PERMANENTE DO MAGSTÉRIO**, de todos os profissionais Concursados para cargos de Auxiliar ou Assistente de Ensino com função de Docência, e **DEVIDAMENTE HABILITADO sem novo CONCURSO**.

Art. 5º - O Sistema Municipal de Ensino de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins, promoverá a valorização dos profissionais da Educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos deste Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público o seguinte:

- I – Ingresso exclusivamente por concurso Público de provas e Títulos;
- II – Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim;
- III – condições adequada de trabalho, condizente com a realidade e especificação do mesmo;
- IV – Progressão Funcional, será Automática, baseada na Titulação ou Habilitação, e na Avaliação do Desempenho, de forma Vertical e horizontal;
- V – Período reservado a Estudos, Planejamento e a Avaliação, incluído na Carga de Trabalho;
- VI – Piso salarial profissional condigno.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

3

Parágrafo Único - Experiência docência é pré-requisito para exercício profissional de qualquer outras funções de magistério, nos termos das normas do Sistema Municipal de Educação.

Art. 6º - Para efeito desta lei, entende-se:

- I - Carreira é o conjunto de atribuições e responsabilidades, vencimentos e vantagens cometidas a seus interesses;
- II - Quadro do Magistério é o conjunto de todos os profissionais da educação com seus cargos e funções;
- III - Nível é a divisão de carreira relacionada a escolaridade, Formação, Capacitação e Especialização, indispensáveis ao desempenho das atividades que são de interesse dos profissionais do magistério;
- IV - Classe é a divisão interna de cada nível e graus de complexibilidade e responsabilidade de atribuição;
- V - Referência é a posição na escola de vencimento.

CAPÍTULO III
DO CAMPO DE ATUAÇÃO

Art. 7º - O ocupante do cargo de professor, do quadro permanente atuará:

- I - Professor I - Na Pré-Escola (Educação Infantil) Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª Série);
- II - Professor II - No Ensino Fundamental (1ª a 4ª e de 5ª a 8ª Série);
- III - Professor III, Professor IV, Professor V, Professor VI - no Ensino Fundamental, Médio e Educação Especial.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

CAPÍTULO IV
DA NOMEAÇÃO

Art. 8º - A nomeação dos cargos de professor Especialistas de Educação, far-se-á:

- I - Em caráter afetivo quando se trata de cargo de carreira e atribuições;
- II - Em comissão para aos cargos que, em virtude da lei sejam de livre nomeação e exoneração satisfeitos os requisitos regulamentares.

Parágrafo Primeiro - A nomeação para os cargos de provimento Efetivo, dependerá de prévia habilitação em Concurso Municipal, obedecida a ordem da classificação dos candidatos.

Parágrafo Segundo - Os cargos de provimento de Comissão e as Funções Comissionadas serão exercidos preferencialmente por ocupantes de cargos das carreiras do Magistério.

CAPÍTULO V
DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Art. 9º - O profissional do Magistério, convocado para o serviço militar obrigatório ou outros encargos de segurança nacional, terá direito à licença, na forma de condições prevista na legislação específica.

Parágrafo Primeiro - A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a incorporação.

Parágrafo Segundo - Concluído o serviço militar, o profissional do Magistério, terá até 30 dias para reassumir o exercício de sua função.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

CAPÍTULO VI
DOS DEVERES E PROIBIÇÕES
DOS SERVIDORES

Art. 10 – A relevância social de seus atos e das atribuições ao profissional do Magistério, o dever de manter uma conduta moral e funcional compatível, para o processo educacional poder desenvolver-se.

Art. 11 – Em razão do artigo anterior, além das obrigações e outras normas, são deveres do profissional do Magistério:

- I – Conhecer as normas legais e regulamentares;
- II – Empenhar-se pela a educação de seus alunos, utilizando-se do processo que acompanhe os procedimentos metodológicos da educação;
- III – Participar de todas as atividades educacionais e sua função;
- IV – Aplicar os processos de ensino de acordo com o planejamento didático pedagógico, visando o desenvolvimento do senso crítico da criatividade e à formação para o trabalho a desempenhar;
- V – Comparecer ao trabalho com assiduidade e pontualidade;
- VI – Estimular a participação, o diálogo e a cooperação entre educando, educadores e comunidade, visando a construção de uma sociedade justa, igualitária, composta de cidadãos críticos e reflexivos;
- VII – Desenvolver trabalhos e dar sugestões que visam à melhoria do ensino;
- VIII – Participar do processo de planejamento, avaliação das atividades escolares;
- IX – Zelar pelo fiel cumprimento das normas definidas neste Estatuto e Plano de Carreira.

DAS PROIBIÇÕES

Art. 12 – É vedado ao profissional do magistério:

A



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS

Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000

Fone: (63) 3459-1312

- I – Valer-se do cargo para o lograr-se direta ou indiretamente, proveito pessoal indevido ou ilícito, em detrimento da dignidade da função;
- II – A coação aliciamento de subordinados ou alunos com objetivos políticos-partidário;
- III – Incumbir a outro, desempenho de encargo que lhe é compatível;
- IV – Ministrar aulas particulares e remuneradas aos alunos de turmas sob sua regência;
- V – Negar informações sobre funcionários em estágio probatório;
- VI – Deixar de comparecer ou chegar atrasado ao serviço sem justa causa;
- VII – Retardar o andamento do processo de terceiros;
- VIII – Desrespeitar ou adiar o cumprimento de ordem ou decisão judicial;
- IX – Ingerir bebidas alcoólicas no local de trabalho;
- X – Impedir que os alunos participem de atividades escolares em razão de qualquer carência material;
- XI – Desrespeitar os direitos assegurados à criança e ao adolescente, em seu estatuto próprio ou deixar de comunicar a autoridade competente maus tratos que os mesmos venham sofrendo.

DAS DISCIPLINAS E PENALIDADES

Art. 13 – São penas disciplinares:

- I – advertência;
- II – repreensão;
- III – Suspensão;
- IV – Destituição de cargo ou função;
- V – Demissão;
- VI – Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 14 – Na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas, a grave inflação, os danos que dela provierem para o ensino.

10

19



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

Art. 15 – A aplicação das penas de suspensão ou de afastamento definitivo do cargo (demissão), dependerá da apuração da falta em processo administrativo, assegurado ao profissional do Magistério, ampla defesa.

Parágrafo Único – O profissional do magistério, poderá todas as vantagens decorrentes do exercício do seu cargo.

Art. 16 – As penas impostas deverão constar as do assentamento individual do profissional do Magistério, salvo as de advertência e repreensão.

Art. 17 – Será cassada a aposentadoria e disponibilidade, se ficar em processo administrativo, com ampla defesa do acusado, que o profissional do magistério tenha praticado na ativa falta punível com a demissão.

Art. 18 – O ato de aplicação de penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa de sanção disciplinar;

Art. 19 – A pena disciplinar prescreverá:

I – Em cinco Anos, quanto às infrações puníveis com demissões, cassação de aposentadoria e disponibilidade;

II – Em um ano, quanto às infrações puníveis por mais de 30 dias ou com destituição de cargos ou função de comissionados;

III – Em cento e vinte dias, quanto às transgressões puníveis com apenas a suspensão por até trinta dias ou de repreensão.

Parágrafo Primeiro – O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito for praticado, exceto para cassação de aposentadoria ou disponibilidade, caso em o marco inicial é a data da ciência, pela a autoridade competente, do ato ou fato sujeito a punição.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

Parágrafo Segundo – Os prazos de prescrições previstos na lei penais, aplicam-se às infrações disciplinares computadas também como crime, ressalvado o abandono do cargo.

Parágrafo Terceiro – A abertura de sindicância ou a instauração de procedimentos disciplinar interrompe a prescrição.

Parágrafo Quarto – Interrompido o curso da prescrição, este recomeçará a correr pelo prazo restante, a partir do dia em cessar a interrupção.

DA LICENCIA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 20 – A licença para tratamento de saúde, será concedida, a pedido do profissional do Magistério, ou de seu representante, ou ex-offício, com base em perícia médica, sem prejuízo de remuneração a que fizer jus.

Parágrafo Primeiro – Para licença superior a três dias, a inspeção será feita por junta médica oficial.

Parágrafo Segundo – Em qualquer caso, será indispensável à inspeção médica, que deverá ser realizada onde o profissional do Magistério se encontrar, se necessário.

Parágrafo Terceiro – Inexistindo médico oficial no local onde o profissional do Magistério se encontra. Aceita-se atestado passado por médico particular, sendo que o atestado só produzirá efeito após a homologação da junta médica oficial.

Art. 21 – Terminada a licença, o profissional do Magistério retornará imediatamente ao exercício do cargo, salvo submeter-se à nova inspeção que conclua pela a prorrogação da licença.

Art. 22 – Esgotando o período de vinte e quatro meses de licença para tratamento de saúde, o profissional do magistério submete-se à nova inspeção médica. Se a inspeção julgar incapaz para exercer o serviço público será aposentado.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

Art. 23 – No caso de licença ex-offício para tratamento de saúde, se o profissional do Magistério não se submete ao exame médico determinado será suspenso sem vencimento, até cumprir a exigência.

Art. 24 – O profissional do magistério terá direito a licença para tratamento de saúde, quando sofrer a acidente ou agressão física não provocadas, no exercício de suas atribuições, desde de que comprovadas em procedimentos administrativos regular, em regime de urgência.

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 25 – Será concedida licença para o profissional do magistério em razão de doença de padrasto ou madrastra, ascendente, descendente ou enteado, cônjuge ou companheiro, colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, desde que prove ser indispensável sua assistência pessoal e permanente e que esta seja incompatível com o exercício regular de cargo.

Parágrafo Primeiro – A licença somente será defendida se comprovada a doença mediante inspeção médica.

Parágrafo Segundo – A licença que trata este artigo, será concedida, sem prejuízo de remuneração do cargo, até três meses, prorrogável por mais três meses, mediante parecer da junta médica oficial, e sem nenhuma remuneração excedente a esses prazos.

DA LICENÇA A GESTANTE OU ADOTANTE

Parágrafo Terceiro – A profissional do magistério gestante, será concedida licença por cento e vinte dias consecutivos, após inspeção médica, com a remuneração do cargo.

Parágrafo Primeiro – A licença poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

A



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

Parágrafo Segundo – No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do dia imediato do parto.

Parágrafo Terceiro – No caso de natimorto, decorrido trinta dias do evento, a profissional do Magistério, será submetida a exame médico e, se julgar apta, reassumirá o seu cargo.

Parágrafo quarto – Em caso de abortamento, atestado por médico oficial, a profissional do Magistério, terá direitos a trinta dias a repouso remunerado.

Art. 27 – Em caso de adoção de criança, de zero a quatro meses, a profissional do Magistério, adotante terá direito à licença de sessenta dias.

Art. 28 – Para amamentar o próprio filho até a idade de seis meses, a profissional do Magistério, lactente terá direitos a intervalo de trinta minutos, a cada três horas ininterruptas do trabalho.

DA LICENÇA DE PARTERNIDADE

Art. 29 – Será concedida, mediante comprovação, licença-paternidade por três dias, com a remuneração do cargo ao profissional do magistério que se torna pai ou a do cargo profissional do Magistério que se torna pai ou adota uma criança de zero a quatro meses.

DA LICENÇA PARA DISPUTAR ELEIÇÃO

Art. 30 – O profissional do Magistério terá direito a licença sem remuneração, durante o período que mediar entre sua escolha, em convenção partidária, para disputar cargo eletivo e a data do registro de sua candidatura pela justiça eleitoral.

Parágrafo Único – A partir do registro de sua candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o profissional do Magistério fará jus à licença remunerada, como se em atividade estivesse.

A



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

**DA GRATIFICAÇÃO PELO O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO OU
FUNÇÃO COMISSIONADA**

Art. 31 – Sem prejuízos de vencimento de cargo efetivo e do adicional por tempo de serviço, ao profissional do Magistério, investido em cargo de comissão ou função comissionada, é devido uma gratificação pelo seu desempenho.

Parágrafo Primeiro – Os valores de gratificação serão estabelecido em ordem decrescente a partir do cargo em comissão ou de função comissionada mais elevada de cargo, de acordo com o seu posicionamento na estrutura hierárquica do órgão ou entidade, na forma prevista em lei e regulamento.

Parágrafo Segundo – A gratificação prevista neste artigo, incorpora-se ao salário do profissional do Magistério estável na proporção de um quinto do seu valor por ano de exercício do cargo em comissão ou função comissionada, até o limite de cinco quintos, nos termos de regulamentação.

Art. 32 – É facultado ao profissional do Magistério, investido em cargo em comissão ou função comissionada optar pela remuneração de maior valor dentre os cargos de carreira, por ele ocupado, e o em comissão, em cujo exercício se encontrar.

Art. 33 – Quanto ao pai e mãe forem profissionais do Magistério, o salário família será pago a um deles.

Art. 34 – O ato da concessão, terá por base as declarações do profissional do Magistério, que responderá judicialmente se prestar declarações falsa.

CAPÍTULO VII

DAS FÉRIAS

Art. 35 – O profissional do Magistério, gozará trinta dias consecutivos de férias.





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

Parágrafo Primeiro – O profissional do Magistério, com exercício em unidade escolar, gozará as férias no mês de julho.

Parágrafo Segundo – Independente de solicitação, o profissional do Magistério em gozo de férias, terá sua remuneração acrescentada de um terço.

Parágrafo Terceiro – O profissional do Magistério, em regime de acumulação lítica, receberá o adicional de férias, calculado sobre a remuneração dos dois cargos.

LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULARES

Art. 36 – Depois de dois anos de efetivo exercício, poderá o profissional do Magistério obter licença sem remuneração para tratar de interesse particular.

Art. 37 – O profissional do magistério aguardará em atividade a autorização para entrar em gozo de licença prevista neste artigo:

Parágrafo Primeiro – A licença não poderá exceder dois anos;

Parágrafo Segundo – Não se concederá nova licença, antes de decorrido igual período do termino do anterior;

Parágrafo Terceiro – A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do profissional do Magistério ou no interesse do serviço por ato do Secretário Municipal de Educação;

Parágrafo Quarto – O tempo desta licença não será contado para qualquer efeito.

13



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

CAPÍTULO VIII
DAS AUSÊNCIAS FACULTADAS

Art. 38 – O Município deverá promover, através de cursos, treinamento e estágio, o aperfeiçoamento, a especialização do profissional do Magistério, visando a melhoria de sua formação profissional e da qualidade de ensino.

Parágrafo Único – Os cursos, Treinamentos e Estágios terão carga horária mínima de trinta horas e respectivas avaliações.

Art. 39 – Cabe a Secretaria Municipal da Educação, elaborar os planos de aperfeiçoamento do Magistério, que poderão ser realizadas diferentemente ou através de convênios.

Art. 40 – Convocado pela Secretaria Municipal da Educação, para participar de atividades previstas no artigo imediatamente anterior.

- I – Dispensa do trabalho no período correspondente as atividades da convocação;
- II – Percepção plena de seus vencimentos e vantagens;
- III – suplementação financeira quando exigido deslocamento para outro Município ou da zona rural para a zona urbana do mesmo Município.

CAPÍTULO IX
DA VACÂNCIA

Art. 41 – A vacância no quadro permanente do magistério decorrerá de:

- I – exoneração;
- II – aposentadorias;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

- III – demissão;
- IV – posse em outro cargo;
- V – falecimento.

Art. 42 – A exoneração de cargo efetivo dar-se a pedido do professor ou professora especialista de educação, ou de ofício.

Parágrafo Único – A exoneração de ofício dar-se-á:

- I – quando não satisfeito as condições do estágio probatório;
- II – quando, tendo tomado posse, o professor especialista em Educação não entra em exercício no prazo estabelecido;
- III – Quando decorrente de decisão em procedimentos administrativo ou judicial.

Art. 43 - A exoneração de cargo em comissão ou função comissionada dar-se-á:

- I – A juízo de autoridade competente;
- II – A pedido do próprio professor ou professora especialista de educação.

Parágrafo Único – O afastamento do professor ou professora Especialista da Educação de cargo ou função de direção, chefia e assessoramento dar-se-á:

- I – A pedido;
- II - Mediante dispensa, nos casos de:
 - a) Promoção;
 - b) Cumprimento do prazo exigido para rotatividade no cargo-ou função comissionada;
 - c) Por falta de exação ou desídia no exercício de suas atribuições, segundo apurado em procedimentos administrativo de avaliação, conforme estabelecimento.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS

Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000

Fone: (63) 3459-1312

DA POSSE

Art. 44 – A posse do professor ou professora especialista da educação e a aceitação formal das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo.

Parágrafo Primeiro – A posse ocorrerá no prazo máximo de trinta dias contados da publicação do provimento, prorrogável por mais trinta dias a requerimento do interessado.

Parágrafo Segundo – A posse é formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Parágrafo Terceiro – Tornará sem efeito o ato de provimento quando o profissional do Magistério acumular funções, cargos ou empregos incompatíveis, nos termos das constituições Estaduais e Federais.

Parágrafo Quarto – A posse em cargo Municipal só dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo quinto – Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, ressalvando o profissional do magistério deficiente.

CAPÍTULO XI
DO EXECÍCIO

Art. 45 – Exercício e o efetivo desempenho pelo o professor ou professora especialista de educação, cumprida exclusivamente em unidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 46 – O tempo de exercício de cargo de professor ou professora especialista de educação, não é interrompido por ascensão funcional a readaptação, reintegração ou transferência, que é contada novo posicionamento na carreira.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

Art. 47 – O profissional da Educação, terá exercício no setor de onde houver vaga na lotação.

Art. 48 – Nos termos desta lei, consideram-se como efetivo, além dos dias feriados, e de ponto facultativo, o afastamento motivado por:

- I – Férias;
- II – Licença para tratamento de saúde, até dois anos;
- III – Licença por motivo de doença em pessoas da família, como cônjuge, filho ou enteada, pai, mãe, irmão até seis meses;
- IV – licença a gestante ou adotante;
- V - Licença para serviço militar obrigatório;
- VI – Licença para disputar eleições;
- VII – Licença prêmio;
- VIII – Licença por motivo de casamento, por até oito dias consecutivos;
- IX – Licença pelo o falecimento do cônjuge, filho ou enteada, pai, mãe, irmão até oito dias consecutivos;
- X – Licença para qualificação profissional;
- XI -Licença para júri, e outros serviços obrigatório por lei.

Art. 49 – Será demitido por abandono de cargo o profissional do Magistério, que se ausentar intencionalmente, de suas funções por mais de trinta dias consecutivos, ou de quarenta e cinco dias alternados, no mesmo ano civil, salvo nos casos previsto neste Estatuto.

Parágrafo Único – A demissão será procedida de processo regular, tendo o profissional de Magistério assegurado o direito à ampla defesa.

DOS DIREITOS E VANTAGENS

DOS DIREITOS

Art. 50 – São direitos do Magistério Municipal:

10



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

- I – Receber remuneração de acordo com a classe, nível de habilitação, tempo de serviço e jornada de trabalho, conforme o estabelecido nesta lei;
- II – Ter assegurado a assistência técnica e financeira para freqüentar cursos de formação, atualização especialização profissional;
- III – Receber, através dos serviços especializados da educação, assistência ao exercício profissional;
- IV – Participar de estudos referente ao processo educacional;
- V – Participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;
- VI – Usufruir, das demais vantagens previstas nesta lei.

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 51 – Vencimento é retribuição pelo exercício de professor ou professora especialista de Educação com valor fixado nesta lei.

Parágrafo Primeiro – Os vencimentos do professor com curso de Magistério, Especialista da Educação, receberá a título de vencimento, importância superior ao salário mínimo.

Parágrafo Segundo – Os vencimentos do professor com curso de Magistério, especialista de Educação, corresponderá á 20h (vinte) horas semanais.

Art. 52 – O profissional do Magistério poderá optar pelo vencimento ou remuneração do seu cargo efetivo, com direito a gratificação de representação, quando designado para cargo em comissão ou função, comissionada em órgãos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Parágrafo Único – A cada ano o profissional do Magistério terá direito a uma referência, correspondente a 1% (um por cento) de seu vencimento básico, até o limite de 30 trinta) referências.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

CAPÍTULO XI

DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

SEÇÃO I

DA GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 53 – Ao profissional do Magistério, será concedida uma gratificação adicional de 1% (um por cento), calculado sobre o vencimento, a cada ano de efetivo exercício.

Parágrafo Primeiro – A gratificação é devida a partir do dia em que o profissional do Magistério completar o anuênio.

Parágrafo Segundo – a gratificação adicional será sempre autorizada automaticamente, acompanhando as modificações de vencimento do profissional do magistério.

Parágrafo terceiro – No caso de acumulação de cargos, as gratificações adicionais incidirão sobre o vencimento de cada cargo.

SEÇÃO II

DA GRATIFICAÇÃO POR TITULARIDADE

Art. 54 – Será concedida uma gratificação mensal, em razão do aprimoramento da qualificação do professor ou professora especialista de Educação, portadores de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização na área de Educação.

Art. 55 – A gratificação de titularidade, prevista no artigo, será calculada sobre o vencimento, à razão de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) correspondente à duração dos cursos, que devem somar um total de 200 (duzentos), 360 (trezentos e sessenta) e 720 (setecentos e vinte) horas respectivamente.

10



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS

Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312

Art. 56 – Os totais de horas de que trata o parágrafo anterior, poderão ser alcançados em único curso ou pela soma de dois ou mais, obedecido o limite mínimo de quarenta horas cada um, e nos quais o servidor haja obtido frequência e avaliação igual ou superior a 80% (oitenta por cento).

Art. 57 – Os percentuais expresso neste artigo não são cumulativos, entendendo-se que o maior sempre exclui o menor.

Art. 58 – Para fins de concessão da gratificação de que trata este artigo, só serão aceitos cursos promovidos ou autorizados:

- I – Pela a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município;
- II – Por órgãos da Educação nacional, oficiais ou reconhecidas;
- III – Por órgãos da Educação Internacional;
- IV – Pelos Conselhos Municipais, Estaduais ou Federais de Educação.

DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Art. 59 – Compete ao Secretário municipal da Educação, dirigir, orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades educacionais do município.

Art. 60 – A função dirigir, ou seja, do diretor de unidade escolar, será provida por ato do Secretário de Educação, Cultura e Desporto, mediante a competência e a forma de regulamentação.

Parágrafo único – A regulamentação estabelecerá critérios e condições de elegibilidade, entre os quais:

I – Que o candidato seja profissional do Magistério ou com experiência mínima de 03 (três) anos de efetivo exercício na educação.

II – Na ausência de professores especialistas de Educação, aos que se refere este artigo, poderão ser assumido não inferior a 03 (três) anos de trabalho no Magistério.

10




ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS

*Rua Novo Horizonte, nº 02, Centro, CEP: 77.995-000
Fone: (63) 3459-1312*

Art. 61 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 032 de 19 de agosto de 1991 e a lei nº 107 de 31 de julho de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS, aos 20 dias do mês de abril do ano de 2006.



Alvimar Cayres Almeida
Prefeito Municipal